

A Comunicação Pública por Meio da Internet em Programas de Desenvolvimento Brasileiros em promoção da cidadania

Cristiele Tomm Deckert*

Resumo

Este trabalho buscou analisar como procedeu a comunicação na internet de dois programas de desenvolvimento do Brasil, durante o primeiro semestre de 2016, Territórios da Cidadania e Coredes. No momento inicial desta pesquisa qualitativa foi realizado um aprofundamento teórico e análise acerca dos conceitos de comunicação pública e participação em políticas públicas de desenvolvimento através da internet, e após, analisou-se o conteúdo publicado na internet. Assim, concluiu-se que é necessário compreender o fazer da comunicação neste panorama tecnológico e digital, pois ele é uma constante na vida das organizações públicas que devem vislumbrar novas estratégias de comunicação e relacionamento mediadas pela internet com a sociedade civil.

Palavras-chave: Cidadania; Comunicação Pública; Participação; Internet.

Abstract

This work sought to analyze how the internet communication of two development programs from Brazil, during the first half of 2016, Territories of Citizenship and Coredes. At the initial moment of this qualitative research was carried out a theoretical deepening and analysis about the concepts of public communication and participation in public policies of development through the internet, and after, analyzed the content published on the internet. Thus, it was concluded that it is necessary to understand the communication in this technological and digital panorama, since it is a constant in the life of public organizations that must envisage new strategies of communication and relationship mediated by the internet with civil society.

Keywords: Citizenship; Public communication; Participation; Internet.

* Graduada em Jornalismo. Mestre em Desenvolvimento, na linha Gestão Social e Políticas Públicas. Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Introdução

Nos últimos anos o Brasil passou por uma transformação na distribuição de renda da população ocasionando uma série de medidas governamentais voltadas, principalmente, a população de baixa renda. Até 2005 tínhamos no país uma pirâmide social, em 2010 era um losango alongado. O desenho geométrico indica o aumento da população ABC, e a diminuição da classe DE. Conforme o Observador Brasil 2012 (CETEM), entre 2010 e 2011, no Brasil 2,7 milhões de cidadãos deixaram a classe DE. Ribeiro (2014) explica que no Brasil durante as últimas três décadas a sociedade foi capaz de melhorar o país sem se desviar de métodos democráticos.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005) enfatiza que os planos e processos de desenvolvimento territorial se dão pela gestão social, a qual prevê a articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados. Porém, para que ela ocorra com eficiência, é necessário que se baseie na participação dos atores envolvidos, com a democratização da informação e, principalmente, com o estabelecimento de parcerias.

Em 2008 o Governo Federal por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário criou o programa Territórios da Cidadania, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Entre os objetivos desta iniciativa, o programa propõe (MDA, 2005): aproximar socialmente favorecendo a solidariedade e a cooperação; envolver diversos atores; e articular as iniciativas públicas e privadas, as políticas sociais e produtivas, os instrumentos locais e extralocais. Conforme o MDA (2005), o Territórios da Cidadania dá mais alcance e eficácia às políticas públicas quando se trata de desenvolvimento territorial sustentável, pois os critérios utilizados

para escolher os municípios que formaram os territórios são: mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica.

Já um exemplo de institucionalidades que se articulam no Estado do Rio Grande do Sul são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Estes têm como princípios a promoção do desenvolvimento regional; a pluralidade e identificação de consensos; a articulação e consolidação das identidades regionais; a busca da regionalização das políticas de desenvolvimento; o aumento permanente da representatividade e da organização; e o apoio à continuidade das políticas de interesse regional.

Visando a semelhança dos principais objetivos destas duas políticas públicas de desenvolvimento, Territórios da Cidadania e Coredes, esta pesquisa tem como objetivo analisar como procede a comunicação destes programas na internet durante o primeiro semestre de 2016. Esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, pois trabalhará com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, os quais não podem ser quantificados, (MINAYO, 2004).

No momento inicial da pesquisa se realizou um aprofundamento teórico e análise acerca dos conceitos de comunicação pública e participação em políticas públicas de desenvolvimento por meio da internet. Pretende-se fazer a análise do conteúdo publicado na internet durante o primeiro semestre de 2016 conforme os métodos de pesquisa para internet elaborados por Fragoso, Recuero e Amaral (2013).

1. Territórios da Cidadania e Coredes: Políticas Públicas de Desenvolvimento federal e gaúcha

À procura de melhores oportunidades de trabalho, e também, qualidade de vida muitos habitantes do meio rural migram para as cidades. Preocupado com esta situação, o Governo Federal brasileiro intensificou a criação de políticas públicas voltadas à população rural, principalmente aos cidadãos que vivem excluídos socialmente. Com o objetivo de reduzir estas desigualdades sociais e regionais o Ministério de Desenvolvimento Agrário criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Em 2008, foram atendidos 60 territórios em todo o país, no ano seguinte houve uma ampliação para 120 Territórios.

Voltado para as regiões brasileiras que mais precisam de ajuda para se desenvolver, especialmente o meio rural, o programa Territórios da Cidadania contemplou outro programa com o qual o governo já trabalhava, os Territórios Rurais. A partir de 2008, alguns Territórios Rurais passam a se chamar Territórios da Cidadania, e em outras regiões novos Territórios da Cidadania são criados. Esta mudança foi feita porque a ideia de território sugere uma ampliação para o conjunto de setores e de atividades econômicas que compõem esta unidade, e, também, porque o PTC não envolve somente os campos, considerados produção primária, mas agrega pequenas cidades e aglomerados populacionais (MDA, 2005).

Conforme Documento Institucional nº3 do MDA, “maiores que os municípios e menores que o estado, os territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade” (2009, p.3). Estes territórios podem ser considerados espaços físicos caracterizados por critérios multidimensionais, os quais o MDA define da seguinte forma:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura,

a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processo específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.7).

Para reforçar esta estratégia, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tentou direcionar as suas ações às regiões que sentem uma demasiada carência dos 22 Ministérios e órgãos do Governo Federal, estados e municípios. Com o propósito de promover a participação social e a integração de ações entre os governos (Federal, Estadual e Municipal), o PTC está organizado em um Comitê Gestor Nacional, um Comitê de Articulação Estadual e um Colegiado Territorial. Conforme o MDA (2009), cada integrante da gestão do território tem sua função.

Outro exemplo de política pública destinada a cidadãos em situação de vulnerabilidade social é o Plano Brasil sem Miséria sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ele foi lançado no Brasil, durante o primeiro semestre de 2011, conforme dados apresentados pelo Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que revelaram que um conjunto da população brasileira se encontra em situação de extrema pobreza. O Plano conta com três eixos coordenadores das ações: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. A linha de extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70 *per capita*, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Assim qualquer cidadão residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é considerada extremamente pobre.

Já um exemplo de institucionalidades que se articulam no Estado do Rio Grande do Sul, extremo sul brasileiro divisa com Uru-

guai, Paraguai e Argentina, são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Estes têm como princípios a promoção do desenvolvimento regional; a pluralidade e identificação de consensos; a articulação e consolidação das identidades regionais; a busca da regionalização das políticas de desenvolvimento; o aumento permanente da representatividade e da organização; e o apoio à continuidade das políticas de interesse regional.

Entre os objetivos dos Coredes estão: formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional; avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação pública; constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado; avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho; intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; e difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

As políticas públicas citadas acima têm como objetivo comum promover o desenvolvimento regional de forma democrática, principalmente entre a população de baixa renda e oriunda do meio rural. Estas estratégias visam proporcionar ao cidadão a oportunidade de participar das deliberações de projetos voltados ao seu meio de forma democrática, ou seja, o cidadão é empoderado a decidir onde e de que forma serão aplicados os recursos públicos.

2. Comunicação Pública e a participação cidadã.

Na comunicação pública a troca de informação deve ser vista como de interesse público e não de estratégias mercadológicas. O termo considerado “novo” é trabalhado por alguns autores como Duarte (2007), Matos (2009), Oliveira (2005) e Reis (2013) como a comunicação que se realiza no vão entre Estado, governo e sociedade, objetivando a promoção da cidadania e focando o que é de interesse da maioria da sociedade.

Matos (1999) conceitua a comunicação pública como “um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (p. 33). Ou seja, o objetivo do termo além de estimular o exercício da cidadania é instituir um espaço para os atores da sociedade dialogarem. Desta forma, Brandão (2007) explica que no Brasil a comunicação pública passa a ter destaque durante o governo Lula, quando a partir de 2003 deu-se mais ênfase às políticas públicas de participação que preveem a participação da sociedade.

Duarte (2007, p.64) escreve que a comunicação pública deve ser orientada aos interesses do cidadão, por isso deve ir além de passar a informação:

Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, a possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo.

Não basta somente as instituições públicas divulgarem suas informações ao cidadão, este precisa desejar estar presente e participar em um processo de cidadania deliberativa. Gil e Nobre (2013) ex-

plicam que a intensidade do debate e a participação dos cidadãos são importantes indicadores do nível de desenvolvimento da sociedade. O desenvolvimento não deve ser analisado somente através da renda, ou então, dos indicadores econômicos de produção, “mas como aquele que valoriza as liberdades individuais e sociais, permitindo que cada cidadão tenha condições para “exercer ponderadamente sua condição de agente””, (SEN, 2000, p.10).

Para o melhor desenvolvimento das políticas públicas de desenvolvimento é necessário investir em comunicação para que, desta forma, ocorra a liberdade dos cidadãos na dimensão que Sen escreve. Amartya Sen (2000, p. 17) defende o desenvolvimento “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Porém, para que ocorra este desenvolvimento através da participação dos cidadãos é necessário investir em estratégias de comunicação na internet que proporciona uma maior interatividade com o público interessado nos programas.

Nobre e Nobre (2014, p.3) ressaltam que cidadãos comunicacionalmente despreparados podem inviabilizar a democracia real:

Só é cidadão aquele que pode falar e fazer “na cidade, sobre a cidade”, quem se engaja no diálogo comunitário para decidir, primeiro pela palavra, o entendimento que deve prevalecer, e depois pela ação conjunta, o que deve ser feito da propriedade comum. Educar cidadãos pressupõe, assim, preparar comunicadores públicos hábeis para se expressar, deliberar e conviver.

Barbero coloca ainda que a principal característica da cidadania é o reconhecimento recíproco, isto é, “direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar nas decisões que dizem respeito à coletividade”, (2014, p. 107). Segundo o autor uma das formas de exclusão da cidadania situa-se

na expropriação do direito de ser visto, que equivale ao de existir/ contar socialmente, tanto individual como coletivamente. Eis a necessidade de investir em ações de capacitação de comunicadores públicos, e, desta forma, criar condições para o diálogo em sociedade estimulando o exercício da cidadania.

3. Participação em políticas públicas de desenvolvimento através da internet

Democracia digital é o termo muito utilizado no Brasil, mas, como lembram Viegas e Rabello (2011), democracia eletrônica, *e-democracy*, teledemocracia, ciberdemocracia e democracia virtual também são denominações utilizadas. Conforme Gomes (2005), a internet serve como inspiração para a sociedade civil participar politicamente, pois esta nova tecnologia trouxe formas e meios para a participação popular na vida pública. Assim, o autor explica que a democracia digital é “um expediente semântico empregado para referir-se à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos”, (p. 4). De acordo com Chawdick (2006) democracia digital constitui-se numa coleção de tentativas de praticar a democracia sem limite de tempo, espaço ou outras condições físicas, usando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ou a comunicação mediada por computador como uma extensão, não uma substituição, das práticas políticas tradicionais.

Gomes (2005) escreve sobre a baixa participação democrática como resultado de uma análise sobre o padrão democrático das sociedades contemporâneas, a qual surgiu como consequên-

cia do afastamento do modelo de democracia considerado ideal.

O autor ressalta que:

A política contemporânea aparece, em grande parte da literatura que trata da relação entre os novos meios de comunicação e a política, como incapaz de satisfazer os requisitos da democracia em seu sentido mais próprio. E o fenômeno mais comumente identificado como em estreita relação ao déficit democrático contemporâneo é, em geral, designado pelo verbete “participação política”. O sujeito dessa participação política, cuja crise é aqui diagnosticada, é, evidentemente, o público, a cidadania, a esfera civil. (GOMES, 2005, p. 3)

Esta falta de participação política está relacionada à cultura política que conforme Gomes (2005) neste contexto deve ser entendida como “mentalidades, valores, convicções e representações compartilhadas [...] Faltaria à cultura política dos cidadãos nas democracias contemporâneas um elementar sentido de efetividade das práticas políticas civis” (p.4).

Referente à relação entre Estado e cidadãos, Gomes escreve ainda:

Parece ausente a esta mentalidade a sensação de que há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decidem. Este sentimento se reforça pela impressão de que, com efeito, as indústrias da notícia, do lobby e da consultoria política têm muito maior eficácia junto à sociedade política e ao Estado de que a esfera civil. Haveria como que uma marginalização do papel dos cidadãos. (2005, p.4).

Para o autor a ausência de efetividade ocorre como um desencontro entre a esfera onde se encontra o Estado e é tomada a decisão, e a esfera da cidadania. Assim, Gomes (2005) escreve que estratégias para profissionalizar a função política causaram descontentamento a ação política do cidadão comum. Desta forma, Tenório (2008a) tra-

balha com o conceito de Gestão Social que estuda a democratização das relações sociais, com ênfase na busca do entendimento negociado mais do que no resultado. Tenório (2008a, p. 158) trabalha o conceito de gestão social como um “processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. [...] É um espaço onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação”. Para o autor, portanto, a gestão social supõe a prática da cidadania deliberativa.

Tenório utiliza pares de palavras com as quais procura estabelecer relação com a gestão social. Inicialmente adota Estado-Sociedade e capital-trabalho, porém, nesta relação, o estudioso inverte as palavras, Sociedade-Estado e trabalho-capital. Com isso ele explica que a premissa do conceito deve partir de Sociedade e trabalho, porque os cidadãos e os trabalhadores devem atuar como protagonistas desta relação com o tema gestão social. Mais tarde, com o intuito de ampliar a discussão, Tenório acrescenta mais um par de palavras: sociedade-mercado. De acordo com o autor, este novo par “tem a ver com os processos de interação que a sociedade civil organizada, contemporaneamente denominada de terceiro setor, desenvolve com o segundo setor, bem como com o primeiro setor” (2008b, p. 160).

Considerando a explicação dos pares de palavras usadas, Tenório (2008b, p. 160, grifos do autor) afirma: “A definição de gestão social, portanto, vai estar apoiada na compreensão da inversão destes pares bem como no conceito de cidadania deliberativa que, como já foi observado, é a categoria intermediadora da relação entre os pares de palavras”. O conceito de gestão social está apoiado na compreensão da inversão dos pares de palavras e no conceito de cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2008b).

A cidadania deliberativa é um espaço onde o cidadão deseja estar presente e participar. Para Allebrandt (2010, p. 54) com base na abordagem habermasiana, “a cidadania deliberativa deve ser entendida como uma ação política deliberativa que se orienta através da esfera pública regida por pressupostos comunicativos e procedimentos”. O autor afirma que este processo aparece através da ação comunicativa por meio do melhor argumento. “Todos devem expor seus argumentos e, sem imposição de qualquer pretensão de validade, devem alcançar um acordo comunicativo” (p.54). Com base nessa visão habermasiana, as mídias digitais com suas transformações tecnológicas contribuem para a construção de uma nova esfera pública cuja base é a ampliação do debate e da participação.

Desta forma, tanto a democracia das relações sociais quanto a democracia digital só progredirão se explorarem com maior eficiência as ferramentas oriundas da comunicação contemporânea. O exercício da democracia no século XXI sugere um indivíduo que interage a partir do meio digital, porém para que a democracia se realize há a necessidade de participação.

Almeida (2010) enfatiza que a internet pode ser usada como uma ferramenta de disseminação de ideias, positivas ou negativas. Conforme Lévy (1997) as tecnologias de informação e comunicação (TICs) trazem consigo um novo modo de pensar o mundo e de conceber as relações com o conhecimento. A internet está presente cada dia mais na vida das pessoas e, quando se trata de política não é diferente. Para Lévy “a democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporânea” (1999, p. 62).

Recuero (2009) afirma que as mídias sociais digitais se constituem como um espaço para a exposição e publicização das comunidades digitais e os atores envolvidos nelas. Deste modo, compre-

ender o fazer da comunicação neste cenário tecnológico e digital, nessa amplitude da sociedade em rede, é uma constante na vida das organizações que vislumbraram novas estratégias de comunicação e relacionamento mediadas pelas redes sociais na internet. E assim, a partir deste novo modo de se comunicar acabam formando e transformando a opinião pública.

A sociedade digital exige das instituições perspectivas comunicacionais mais instantâneas (MANIERI, 2011), praticamente onipresentes. Para Manieri não basta a organização figurar nas mídias sociais mais populares, é necessário o entendimento dessa lógica comunicacional imposta por essas inovações na tecnologia digital. A excelência da comunicação nas plataformas digitais acontecerá mediante o total alinhamento com o planejamento de comunicação da organização.

A comunicação feita de forma digital ajuda as instituições a obterem maior audiência e engajamento em suas relações com a comunidade de forma mais direta e simétrica (TERRA, 2011), permitindo a troca contínua e retroalimentada de informações, do mesmo modo que favorecem a amplitude da participação dos atores sociais na vida da instituição.

4. Caso: Territórios da Cidadania e Core-des

A comunicação entre programas de políticas públicas e a sociedade civil pode ser intensificada por meio da internet devido a instantaneidade e interatividades deste meio, porém ambos os programas analisados, Território da Cidadania e Core-des, não possuem sites próprios, e, é possível encontrar informações e notícias sobre eles em outros sites relacionados.

O site que mais disponibiliza informação sobre o Território da Cidadania é do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no qual há uma página especial para o programa, porém as notícias são antigas e durante este ano nenhuma foi postada. A última publicação possui o seguinte título “Propostas para o Proinf podem ser enviadas até 31 de outubro”, publicada em 21 Outubro, 2015 - 18:15, após ser acessada fornece o link de outras notícias do MDA, e essas sim, são atuais e com uma periodicidade diária. O Portal da Cidadania traz informações a respeito do programa Territórios da Cidadania, bem como, a caracterização dos diferentes Territórios brasileiros, porém a página está desconfigurada não permitindo ao internauta lê-la.

Já sobre os Coredes encontrou-se mais notícias em diferentes páginas na web. Semelhantes ao Territórios da Cidadania estão desatualizadas e não possibilitam a sociedade civil a participação política, um dos principais objetivos de ambos os programas. No site da FEE (Fundação Econômica e Estatística) há uma página destinada aos Coredes apresentando a caracterização socioeconômica existente até 2013. No site da Consulta Popular encontramos o objetivo, missão e visão do programa. Já o site Fórum dos Coredes disponibiliza tanto a lista dos Coredes gaúchos quanto o Planejamento Estratégico de cada. Porém, caso exista alguma notícia é antiga e não chama atenção para a leitura. O único Corede que possui site próprio é o Corede Sul com notícias atuais, a última publicação trata sobre a consulta popular no dia 06/07/16 11:37, entretanto não há no site opções para os leitores comentarem ou compartilharem.

Percebe-se que para haver participação da sociedade civil em políticas públicas de desenvolvimento, de forma democrática, é necessário maior investimento e interesse por parte do governo em fornecer informações e alimentar suas páginas com periodicidade.

Nos casos dos programas analisados nesta pesquisa nenhum possui página própria, o que mostra a falta de interesse do poder público em comunicar suas ações à sociedade civil.

Fragoso, Recuero e Amaral (2013) escrevem que os atores na internet podem ser indivíduos, instituições e grupos. Desta forma, as autoras explicam que as relações sociais são compreendidas como “um conjunto de laços de um tipo específico de indivíduos”, (p. 119). No caso dos programas analisados a relação social é mínima, muitas vezes, tornando-se nula devido à falta de estratégias utilizadas por estas instituições públicas em se aproximar de seu público por meio da rede mundial de computadores.

Considerações Finais.

Compreender o fazer da comunicação neste panorama tecnológico e digital é uma constante na vida das organizações públicas que vislumbraram novas estratégias de comunicação e relacionamento mediadas pela internet. As organizações públicas precisam também utilizar-se desta tecnologia, principalmente das mídias sociais, para informar ao seu público de interesse as ações que desenvolvidas, e a partir disto, acabar formando e transformando a opinião pública.

Nobre e Nobre (2014) escrevem que a comunicação está na base da cidadania e da democracia, por isso é necessário investir em ações que focalizem a educação para o diálogo, o debate e a deliberação. “Cidadão é aquele que, ademais de ter votado e eleito representantes, jamais renuncia a ser e fazer, por ele mesmo, o papel político e gestor da coisa pública”, (p,9).

Em suma, o surgimento da internet trouxe uma nova forma dos atores sociais exercerem sua cidadania, a partir no momento que

compartilham ou divulgam uma informação de interesse público com o seu grupo de amigos, porém as políticas públicas de desenvolvimento precisam se utilizar destas mídias para promover a cidadania, principal foco da comunicação pública.

Referências Bibliográficas.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. *Cidadania e Gestão do Processo de Desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento) Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul. 2010.

ALMEIDA, G. W. D. *Participação política e democracia no Brasil*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33., 2010, Caxias do Sul. Anais. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível

em:<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1192-1.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.

BARBERO, Martín Jesús. *A comunicação na educação*. Tradutores Maria Imaculada Vassallo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto. 2014.

BRANDÃO, E. P. *Conceito de comunicação pública*. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais*. Documento Institucional nº 3. Brasília. 2005.

CETEMEM. *O Observador Brasil 2012*. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.cetelem.com.br/portal/Sobre_Cetelem/Observador.shtml>. Acesso em 20 de outubro de 2014.

DUARTE, J. *Instrumento de comunicação pública*. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública*. Disponível em <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em 19 de setembro de 2014.

Consulta Popular. <<http://www.sri.rs.gov.br>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

Corede Sul. <<http://www.coredesul.org.br/Inicial>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

Fórum Coredes. <<http://www.forumcoredes-rs.org.br/index.php/planejamento-regional#planos-de-desenvolvimento-regional>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GADOTTI, M. *Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional*. CONAE, 2014.

GIL, Patrícia Guimarães. MATOS E NOBRE, Heloiza Helena. *A deliberação justa no mundo do possível: articulações entre Habermas, Rawles e Amartya Sen*. Revista Compólitica, n. 3, vol. 2, ed. jul-dez, ano 2013.

GOMES, Wilson. *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. VII(3): 214-222, setembro/dezembro 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Vol 1. Madrid: Taurus, 1987.

MATOS, H. *Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo*. Líbero, Faculdade Cásper Líbero, a. II, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

_____. *Cyberculture*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.

MAINIERI, Tiago. RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. *A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática*. Revista *Organicom*, ano 8, número 14, 1º semestre de 2011.

MATOS, H. *Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo*. *Líbero*, Faculdade Cásper Líbero, a. II, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOBRE, Heloiza Helena Matos e; NOBRE, Guilherme Fráguas. *Comunicação para a Cidadania e Democracia: capacitação em comunicação pública e política*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, Foz do Iguaçu/PR, set, 2014. Anais. São Paulo: Intercom, 2014.

OLIVEIRA, M. J. *Gestão pública, comunicação e cidadania: o caso da Prefeitura Municipal de Campinas*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVI, Belo Horizonte, set. 2003. Anais... São Paulo: Intercom, 2003.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. <<http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/propostas-para-o-proinf-podem-ser-enviadas-at%C3%A9-31-de-outubro>> Acesso em 30 de setembro de 2016.

Portal da Cidadania. <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REIS, Ruth. Bem dito seja: a construção da esfera pública pela comunicação e os discursos dos profissionais de comunicação pública. In: *Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil*. Santa Maria: FACOS – UFSM; São Paulo: Intercom, 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. *O Brasil e a democracia de protesto*. Revista Matrizes. ECA/USP, São Paulo/SP, n. 1, vol. 8, ed. jan-jun, ano 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TENÓRIO, Fernando. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social*. 3 edi. rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

TENÓRIO, Fernando. *Metodologia de construção dos critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas*. In: ENAPEGS, 3, 2009, Juazeiro. Anais... ENAPEGS, 2010.

Data de submissão: 30/01/2017

Data de aceite: 30/03/2017